

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA ADOLESCENTES E A INTERFACE ENTRE A SAÚDE COLETIVA E AS CIÊNCIAS FORENSES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

SEXUAL VIOLENCE AGAINST ADOLESCENTS AND THE INTERFACE BETWEEN PUBLIC HEALTH AND FORENSIC SCIENCES: AN INTEGRATIVE REVIEW

VIOLENCIA SEXUAL CONTRA ADOLESCENTES Y LA RELACIÓN ENTRE LA SALUD PÚBLICA Y LAS CIENCIAS FORENSES: UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Rita de Cássia Tomé de Oliveira

Graduanda em Tecnologia em Radiologia, Centro Universitário de Patos (UNIFIP),
Brasil

E-mail: ritaoliveira@radio.fiponline.edu.br

Josué Brito Gondim

Mestre em Inovação Terapêutica-UFPE, Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Brasil

E-mail: josuegondim@fiponline.edu.br

Antonio Felipe Da Silva Fragoso

Graduando em enfermagem, Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Brasil

E-mail: silvafellipefragoso123@gmail.com

Anne Milane Formiga Bezerra

Doutora em Ciências da Saúde/Instituição, Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Brasil

E-mail: annebezerra@fiponline.edu.br

Valesca Rayanny Barbosa Rocha

Graduada em bacharelado em enfermagem e Pós graduando em Auditoria em Serviços de Saúde; Pós graduanda em Docência da Enfermagem; Pós graduanda em Saúde Mental, Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Brasil

E-mail: valescarayanny.enf@gmail.com

Luan Silva Leite

Bacharel em Farmácia, Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Brasil

E-mail: luanxpleite@gmail.com

Maíra Araújo de Souza

Bacharelado em Odontologia, Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Brasil

E-mail: mairasouzaodonto@outlook.com

Tatiana Lima Nunes

Doutora em Psicologia Social, Instituição, Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Brasil

E-mail: tatiananunes@fiponline.edu.br

Resumo

Introdução: A violência sexual contra adolescentes representa uma problemática multifatorial, associada à saúde pública e à violação dos direitos humanos. Esse tipo de violência acomete majoritariamente meninas, ocorrendo com maior frequência no ambiente doméstico e familiar. Nesse contexto, a atuação das ciências forenses é fundamental para o andamento do processo legal, uma vez que esses profissionais são responsáveis pela coleta e análise de evidências, contribuindo para a investigação dos casos. **Objetivo:** Analisar a violência sexual contra adolescentes e a atuação da ciência forense em articulação com a saúde pública. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, realizada por meio da análise de artigos científicos disponíveis em bases online, nos idiomas inglês e português, no período de 2010 a 2026. Foram selecionados 30 artigos, dos quais 10 foram incluídos por abordarem a enfermagem forense no contexto da urgência e emergência. **Resultados:** Foram identificadas 202.948 notificações no SINAN (2015–2021), com predominância de vítimas do sexo feminino (92%), na faixa etária de 10 a 19 anos. O ambiente domiciliar apresentou maior ocorrência, com agressores, em sua maioria, conhecidos das vítimas. Observou-se elevada subnotificação (70–85%). Os principais impactos incluem ansiedade, depressão, isolamento social e infecções sexualmente transmissíveis (IST). Entre os principais desafios destacam-se a fragmentação entre Atenção Primária e área forense, a revitimização e fragilidades na coleta de evidências digitais. **Conclusão:** Conclui-se a importância da integração da Atenção Primária à Saúde nas políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra adolescentes, considerando sua proximidade com a comunidade e sua capacidade de identificação precoce dos casos. Paralelamente, as ciências forenses desempenham papel essencial na condução dos procedimentos legais, por meio da análise de evidências e do suporte à cadeia de custódia, contribuindo para a responsabilização dos envolvidos e para a interrupção do ciclo de violência.

Palavras-chave: Saúde do Adolescente, Abuso Sexual na Infância e Assistência Integral à Saúde

Abstract

Introduction: Sexual violence against adolescents represents a multifactorial problem, associated with public health and the violation of human rights. This type of violence predominantly affects girls, occurring most frequently in the domestic and family environment. In this context, the role of forensic science is fundamental to the progress of the legal process, since these professionals are

responsible for the collection and analysis of evidence, contributing to the investigation of cases. Objective: To analyze sexual violence against adolescents and the role of forensic science in conjunction with public health. Methodology: This is an integrative review, with a qualitative, descriptive, and exploratory approach, carried out through the analysis of scientific articles available in online databases, in English and Portuguese, from 2010 to 2026. Thirty articles were selected, of which 10 were included because they addressed forensic nursing in the context of urgency and emergency. Results: 202,948 notifications were identified in SINAN (2015–2021), with a predominance of female victims (92%), aged 10 to 19 years. The home environment presented the highest occurrence, with aggressors, in most cases, known to the victims. High underreporting was observed (70–85%). The main impacts include anxiety, depression, social isolation, and sexually transmitted infections (STIs). Among the main challenges are the fragmentation between Primary Care and the forensic area, revictimization, and weaknesses in the collection of digital evidence. Conclusion: The importance of integrating Primary Health Care into public policies to combat sexual violence against adolescents is concluded, considering its proximity to the community and its capacity for early identification of cases. In parallel, forensic sciences play an essential role in conducting legal procedures, through the analysis of evidence and support for the chain of custody, contributing to the accountability of those involved and to the interruption of the cycle of violence.

Keywords: Adolescent Health, Childhood Sexual Abuse, and Comprehensive Health Care

Resumen

Introducción: La violencia sexual contra adolescentes representa un problema multifactorial, asociado a la salud pública y la violación de los derechos humanos. Este tipo de violencia afecta predominantemente a las niñas, ocurriendo con mayor frecuencia en el entorno doméstico y familiar. En este contexto, el rol de la ciencia forense es fundamental para el avance del proceso legal, ya que estos profesionales son responsables de la recolección y el análisis de evidencia, contribuyendo a la investigación de los casos. Objetivo: Analizar la violencia sexual contra adolescentes y el rol de la ciencia forense en conjunto con la salud pública. Metodología: Esta es una revisión integradora, con un enfoque cualitativo, descriptivo y exploratorio, realizada a través del análisis de artículos científicos disponibles en bases de datos en línea, en inglés y portugués, de 2010 a 2026. Se seleccionaron treinta artículos, de los cuales se incluyeron 10 porque abordaban la enfermería forense en el contexto de urgencia y emergencia. Resultados: Se identificaron 202,948 notificaciones en SINAN (2015–2021), con un predominio de víctimas femeninas (92%), de 10 a 19 años. El entorno familiar presentó la mayor incidencia, con agresores, en la mayoría de los casos, conocidos por las víctimas. Se observó una alta subnotificación (70-85%). Los principales impactos incluyen ansiedad, depresión, aislamiento social e infecciones de transmisión sexual (ITS). Entre los principales desafíos se encuentran la fragmentación entre la Atención Primaria y el ámbito forense,

la revictimización y las deficiencias en la recolección de evidencia digital. Conclusión: Se concluye la importancia de integrar la Atención Primaria de Salud en las políticas públicas para combatir la violencia sexual contra adolescentes, dada su proximidad a la comunidad y su capacidad para la identificación temprana de casos. Paralelamente, las ciencias forenses desempeñan un papel esencial en la conducción de los procedimientos legales, mediante el análisis de la evidencia y el apoyo a la cadena de custodia, contribuyendo a la rendición de cuentas de los involucrados y a la interrupción del ciclo de violencia.

Palabras clave: Salud del adolescente, Abuso sexual infantil y Atención integral de la salud

1. Introdução

A violência sexual configura-se como um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, afetando de maneira significativa crianças e adolescentes. Trata-se de um fenômeno de etiologia multifatorial, resultante da interação de diversos fatores que, ao se sobreporem, ampliam contextos de vulnerabilidade. Ademais, a violência sexual não se limita à consumação do ato físico, abrangendo um conjunto de condutas que incluem toques indesejados, carícias inadequadas e abordagens verbais constrangedoras, todas capazes de violar a integridade física e psicológica do adolescente. Nesse contexto, indivíduos inseridos em ambientes de marginalização social, com histórico familiar marcado pelo uso de substâncias psicoativas ou pela presença de transtornos psiquiátricos, encontram-se em condições que favorecem a ação de agressores, tornando-os mais suscetíveis a esse tipo de violência (Crivelli *et al.*, 2024).

No Brasil, a violência sexual praticada contra infantojuvenil configura-se crime dentro da legislação brasileira, onde crianças e adolescentes têm seus direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que foi instituído pela Lei n 8.069 de 13 de julho de 1990 sendo o marco legal que regulamenta os direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, especialmente no que diz respeito a garantia seu bem-estar e pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social (Galvão; Zampier, 2025).

Os dados do 18 Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam um

cenário alarmante: em 2023, o Brasil registrou um crime de estupro a cada seis minutos, com um total de 83.988 casos de estupro de vulneráveis, estatística que expõe a fragilidade que as crianças e adolescentes estão submetidas diariamente. Diante da magnitude desse problema, é necessário implementar ações de sensibilização e o fortalecimento de redes de apoio, trazendo diálogo preventivo, orientando o público infantojuvenil sobre os riscos e sinais da violência sexual. Tal enfrentamento exige a articulação de debates em escolas, comunidades, núcleo familiar e serviços de saúde (Ministério da Saúde; 2010)

Neste sentido, a saúde coletiva desempenha papel relevante no enfrentamento da violência sexual contra adolescentes, considerando seu caráter estrutural e multifatorial. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde favorece a identificação precoce dos casos e o encaminhamento oportuno, contribuindo para a adoção de medidas de proteção e cuidado (Cá *et al.*, 2026). Entretanto, torna-se necessária a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde, conforme previsto na Lei nº 8.080, bem como a articulação com a ciência forense, responsável pela condução da cadeia de custódia. Essa interface é essencial para qualificar a resposta institucional diante das situações de violência (Broseguini *et al.*, 2020).

A vigilância epidemiológica configura-se como ferramenta estratégica no enfrentamento da violência sexual contra adolescentes. Os dados são registrados e processados por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o que permite compreender a distribuição desses casos no território nacional e por regiões (Leite *et al.*, 2023). Essa abordagem subsidia a elaboração de estratégias voltadas à redução desses agravos, com destaque para a integração entre a Atenção Primária à Saúde, especialmente as Unidades Básicas de Saúde, e os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), no nível secundário de atenção, voltados ao cuidado especializado de crianças e adolescentes (Fontes *et al.*, 2017).

A Atenção Primária à Saúde também realiza visitas domiciliares, contexto no qual frequentemente são identificadas situações de violência sexual envolvendo adolescentes (Delziovo *et al.*, 2022). Diante da identificação desses

casos, a equipe multiprofissional deve atuar de forma imediata na proteção do adolescente, garantindo sua segurança e o devido encaminhamento aos órgãos competentes. Nesse processo, embora a equipe de saúde não possua atribuição de caráter coercitivo, cabe a articulação com as forças de segurança pública para a apuração dos fatos. A integração entre os setores de saúde e justiça permite um acompanhamento mais abrangente do caso, favorecendo a atuação conjunta de equipes multiprofissionais, incluindo o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) (Batista *et al.*, 2013).

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a violência sexual que acomete adolescentes em diferentes contextos, considerando sua interface com o campo da saúde coletiva. Buscou-se compreender de que forma a Atenção Primária à Saúde e a vigilância epidemiológica, articuladas por meio de redes intersetoriais, contribuem para o enfrentamento dessas violências. Além disso, propôs-se examinar a atuação das ciências forenses como instrumento para a condução e qualificação da cadeia de custódia.

2. METODOLOGIA

Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo de revisão integrativa, de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, que tem como objetivo analisar a violência sexual na adolescência, levando em conta os impactos na vida social e individual, bem como na saúde física e mental, além das diferentes violências vivenciadas por essa população.

Nesse contexto, a análise das manifestações da violência e de suas repercussões permite uma compreensão mais abrangente do fenômeno, contribuindo para o aprofundamento da discussão e para a qualificação do debate científico sobre a temática.

Local e Período do Estudo

Essa pesquisa foi conduzida de forma online, na qual foi realizado o

levantamento de publicações indexadas em bases científicas digitais nacionais e internacionais, com posterior análise. Esse estudo foi conduzido em abril de 2026. Quanto às etapas do estudo, estas foram consolidadas entre a análise e a sistematização de dados por meio de estudos remotos e independentes, sob supervisão acadêmica vinculada ao Centro Universitário de Patos.

Estratégia de Busca

A busca de dados foi realizada nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e MEDLINE (via PubMed). Para a seleção das produções científicas, foram utilizados descritores relacionados à temática, como “Delitos Sexuais”; “Saúde do Adolescente”; “Abuso Sexual na Infância” e “Assistência Integral à Saúde”. Os termos foram combinados por meio do operador booleano AND. A busca ocorreu em abril de 2026, com aplicação de filtros quanto ao período de publicação e ao idioma.

Crítérios de Inclusão e Exclusão

Quanto aos critérios de inclusão, foram considerados artigos publicados na íntegra, nos idiomas português e/ou inglês, no período de 2021 a 2026, que abordassem a violência sexual contra adolescente, incluindo aspectos relacionados às formas de violência, seus contextos e impactos sociais.

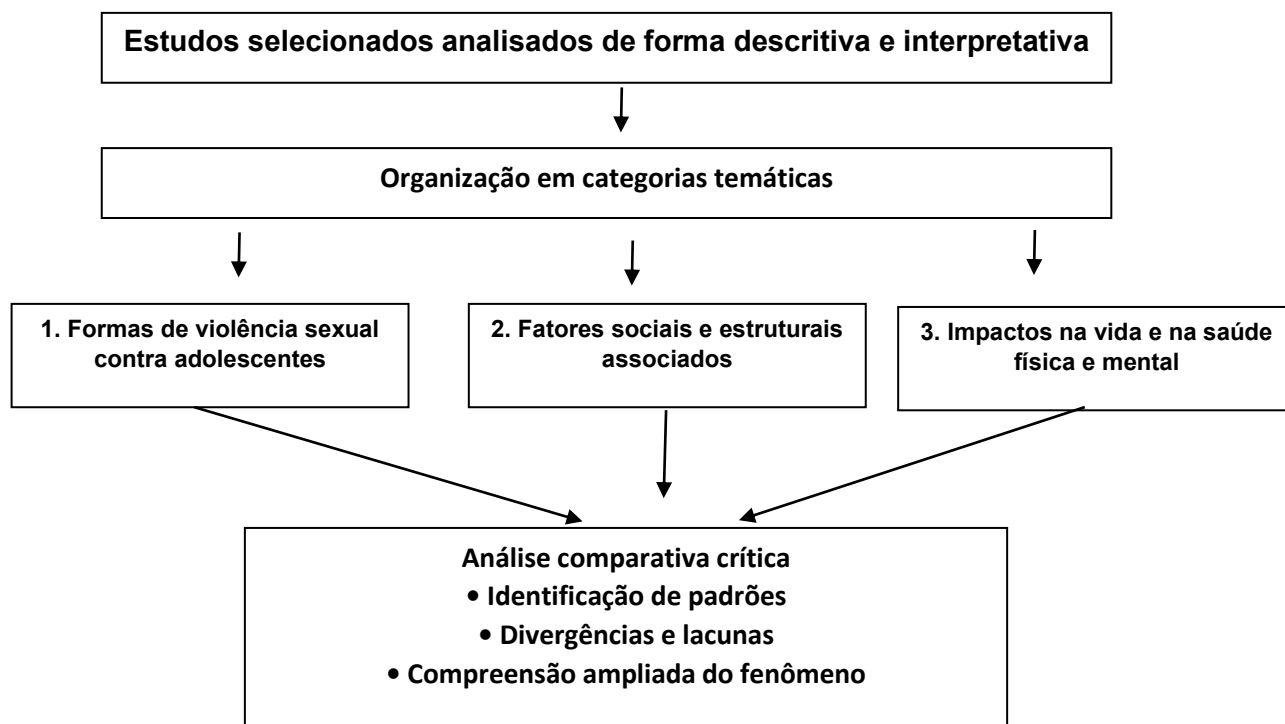
Em relação aos critérios de exclusão, foram desconsideradas publicações que não abordassem a temática proposta, artigos incompletos e estudos que apresentassem incompatibilidade com a metodologia estabelecida.

Processo de Seleção dos Estudos

Ademais, o processo de seleção dos estudos iniciou-se com a identificação de 30 artigos a partir das buscas realizadas. Após a leitura dos resumos, 20 estudos foram excluídos, dos quais 10 por apresentarem informações insuficientes e 5 por se encontrarem incompletos, resultando na seleção final de 10 artigos para compor esta revisão. Todo o processo foi conduzido de forma sistemática, assegurando rigor metodológico e transparência na seleção das evidências.

Análise e Síntese dos Dados

Figura 1 – Fluxograma do processo de dados da amostra



Fonte: Organizado pela autoria (2026).

Os estudos selecionados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, sendo organizados em categorias temáticas que abrangem: (1) as formas de violência sexual contra adolescentes; (2) os fatores sociais e estruturais associados; e (3) os impactos na vida e na saúde física e mental dessa população. Essa organização possibilitou uma análise comparativa mais crítica dos achados, contribuindo para a identificação de padrões, divergências e lacunas na literatura, além de favorecer uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado.

Aspectos Éticos

Trata-se de uma revisão integrativa, baseada em dados secundários, sem envolvimento direto de seres humanos, sendo dispensada a submissão ao Comitê

de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Ressalta-se que todos os princípios éticos foram respeitados, com adequada citação das fontes. Ademais, destaca-se a utilização da ferramenta ChatGPT como recurso auxiliar, não sendo empregada na elaboração do conteúdo científico, na interpretação dos dados ou na formulação de ideias. Todo o desenvolvimento intelectual do estudo foi conduzido integralmente pelos autores, em conformidade com o rigor da escrita científica.

Avaliação da Qualidade Metodológica dos Estudos

Para garantir maior rigor científico à presente revisão, os estudos incluídos foram submetidos a uma análise crítica quanto à sua qualidade metodológica. Foram considerados aspectos como o delineamento dos estudos, clareza na definição dos objetivos, coerência entre metodologia e resultados, bem como possíveis limitações e vieses identificados pelos próprios autores.

O procedimento não se restringiu à descrição dos achados, mas buscou analisar as evidências de forma crítica, a partir de uma leitura orientada por critérios previamente definidos. Essa avaliação permitiu identificar fragilidades metodológicas nos estudos analisados, além de evidenciar lacunas no conhecimento científico sobre a temática.

Dessa forma, a análise da qualidade dos estudos contribuiu para fortalecer a confiabilidade dos resultados desta revisão, ao mesmo tempo em que possibilitou uma interpretação mais crítica e fundamentada dos dados, ampliando a compreensão do fenômeno investigado.

3. Resultados e discussão

A violência sexual contra adolescentes constitui um relevante problema no contexto brasileiro, com maior ocorrência entre meninas de 10 a 19 anos, sobretudo no ambiente doméstico. Dados do Ministério da Saúde indicam que, entre 2015 e 2021, foram registrados 202.948 casos nessa população, dos quais 119.377 correspondem ao ano de 2021 (Brasil, 2023). Nesse contexto, a notificação compulsória assume papel central na vigilância epidemiológica, ao

possibilitar a sistematização de informações que subsidiam a formulação de políticas públicas. Ademais, esses dados permitem identificar desigualdades regionais, aspecto relevante diante da extensão territorial e heterogeneidade do país.

A violência sexual na adolescência não deve ser entendida como um evento isolado, mas como um fenômeno relacionado a desigualdades de gênero e a contextos de vulnerabilidade social. Ocorre com maior frequência no ambiente domiciliar, onde as vítimas enfrentam dificuldades para denunciar, devido ao medo, à dependência e à proximidade com o agressor. Os principais envolvidos nesses casos costumam ser pessoas do convívio da vítima, como padrastos, conhecidos ou parceiros (Trabbold *et al.*, 2016), o que favorece o silêncio e a continuidade da violência. Esse cenário contribui para a subnotificação dos casos, comprometendo a compreensão da realidade e dificultando a elaboração de políticas públicas mais eficazes de prevenção e enfrentamento.

O atendimento a adolescentes vítimas de violência sexual revela fragilidades estruturais, particularmente na articulação entre as redes de atenção à saúde. Embora a Atenção Primária à Saúde (APS) seja concebida como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), essa premissa não se sustenta na prática com casos de violência sexual, uma vez que os profissionais frequentemente carecem de capacitação para reconhecer sinais clínicos e realizar escuta qualificada, comprometendo o acolhimento inicial. Assim, impõe-se a necessidade de articulação intersetorial ampliada, envolvendo não apenas os serviços de saúde, mas também o Conselho Tutelar e o sistema judiciário, para assegurar intervenções integradas e resolutivas (Xavier *et al.*, 2025).

Nessa perspectiva, a Atenção Primária à Saúde desempenha papel central no enfrentamento da violência sexual contra adolescentes, por constituir o nível de atenção mais próximo da comunidade e, portanto, com maior potencial para identificação precoce dos casos. Contudo, o sistema de saúde, de forma isolada, não dispõe de capacidade suficiente para responder integralmente a essa problemática. Torna-se necessária a articulação com outros setores, como o Conselho Tutelar e o sistema judiciário, de modo que a identificação realizada

pelos serviços de saúde seja acompanhada pela adoção das medidas legais cabíveis, visando à proteção da integridade do adolescente e à prevenção de novas ocorrências.

A violência sexual na adolescência apresenta repercussões que se estendem ao longo do curso de vida, com impactos relevantes na saúde mental. Por ocorrer em uma fase marcada por intensas transformações e pela consolidação das relações sociais, essa vivência pode favorecer o isolamento social e o desenvolvimento de transtornos como a ansiedade (Broseguini *et al.*, 2020). Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de fortalecimento da articulação no âmbito do Sistema Único de Saúde, tanto para prevenir a perpetuação desse ciclo de violência quanto para assegurar o encaminhamento adequado, com vistas à redução de agravos a curto, médio e longo prazo.

Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de maior integração entre os campos da saúde e da área forense, ainda marcados por atuação fragmentada, o que compromete a efetividade do cuidado em decorrência de lacunas na formação profissional e da desarticulação dos fluxos institucionais. Nesse cenário, a escuta qualificada durante o exame físico assume papel central, uma vez que o relato da vítima pode constituir elemento probatório relevante, sobretudo na ausência de lesões aparentes (Sousa *et al.*, 2025). Além disso, o atendimento humanizado mostra-se indispensável no cuidado a adolescentes vítimas de violência sexual, por favorecer o estabelecimento de vínculo e a segurança no relato, contribuindo para a adequada condução do caso e para a continuidade do cuidado.

Tabela 1 – Desafios críticos na interface da saúde coletiva e área forense: implicações e indicadores

Autor(es)	Desafio	Aplicação na saúde coletiva	Aplicação na área forense	Indicador de impacto
Santos et al., 2025	Subnotificação (72–85%)	Baixa capacitação na atenção primária dificulta a identificação de	Falta de integração entre os sistemas compromete a coleta de	Aumento da subnotificação (+140%) e prejuízos na cadeia de custódia

		casos de violência sexual em adolescentes	vestígios biológicos (sêmen/DNA), que deve ocorrer em até 72h	
Casseb et al., 2021	Revitimização	Fluxos fragmentados e prolongados entre serviços de saúde	Ausência de padronização na escuta e no atendimento, dificultando a continuidade da denúncia e dos processos legais	Redução da adesão aos serviços e baixa continuidade dos processos
Xavier et al., 2021	Cobertura regional	Déficit de serviços especializados nas regiões Norte e Nordeste	Sobrecarga nos institutos médico-legais, com tempo prolongado para emissão de laudos	Ampliação do tempo de resposta e limitação do acesso ao cuidado
Silva et al., 2025	Evidências digitais (28%)	Ausência de protocolos para atendimento de violência sexual em ambiente virtual	Falta de padronização na coleta de provas digitais, resultando na rejeição de evidências	Redução da efetividade probatória e baixa taxa de condenação
Hilleshein et al., 2025; Mota et al., 2020	Formação profissional	Baixa abordagem da temática na formação em saúde e insegurança profissional	Número reduzido de peritos com formação específica	Limitações na qualidade dos laudos e na condução dos casos
Martins et al., 2025	Gestão da informação	Notificação duplicada no sistema de informação	Fragilidade na digitalização e risco de extravio de documentos	Comprometimento da rastreabilidade e da cadeia de custódia

Fonte: Organizado pela autoria (2026).

Conforme apontado por Santos et al. (2025), os sistemas de saúde e de justiça ainda atuam de forma pouco articulada, o que compromete o atendimento

a adolescentes vítimas de violência sexual e dificulta o andamento dos processos legais. A fragmentação da assistência interfere tanto no cuidado quanto na produção de provas necessárias para a investigação. Nesse contexto, o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde pode contribuir para a organização do fluxo de atendimento, assumindo o acolhimento inicial, a realização de cuidados imediatos, como a profilaxia para HIV e hepatite B, e o encaminhamento oportuno ao Instituto Médico Legal, garantindo a coleta adequada de vestígios e a continuidade da cadeia de custódia.

O risco de manutenção da violência sexual entre adolescentes se intensifica diante da fragmentação do atendimento, sobretudo quando a vítima necessita transitar por múltiplos serviços para acessar a assistência. Esse percurso prolongado favorece a descontinuidade do cuidado, com repercussões na integridade da cadeia de custódia e na efetividade da responsabilização do agressor. Nesse contexto, a organização de fluxos assistenciais mais integrados e resolutivos mostra-se essencial para reduzir barreiras de acesso e qualificar o acolhimento. A ausência de responsabilização contribui para a perpetuação da violência, ampliando o risco de novos casos (Casseb *et al.*, 2021).

A fragilidade na organização do sistema de saúde, estruturado nos níveis primário, secundário e terciário, associada à limitada articulação com a área forense, contribui para a precarização do atendimento. Essa desarticulação impõe barreiras de acesso e favorece a descontinuidade do cuidado. No contexto da violência contra adolescentes, tais limitações reforçam a manutenção do problema no âmbito social, ao comprometer tanto a assistência quanto a responsabilização dos agressores. Como consequência, a resposta institucional torna-se insuficiente, favorecendo a persistência dos episódios de violência (Xavier *et al.*, 2021).

Com a expansão das interações mediadas por tecnologias digitais, observa-se a incorporação dessas plataformas na dinâmica da violência. No caso de adolescentes, episódios de violência sexual frequentemente têm início no ambiente virtual e, em determinadas situações, evoluem para o contato presencial. Nesse contexto, a adequada coleta e preservação de evidências

digitais assume papel central para a condução dos casos. Fragilidades nesse processo podem comprometer a validade das provas, repercutindo na continuidade do trâmite judicial e na responsabilização do agressor (Silva *et al.*, 2025).

É fundamental que os profissionais disponham de formação específica para o atendimento de adolescentes vítimas de violência sexual, considerando a complexidade e a sensibilidade envolvidas nesse cuidado. Entretanto, observa-se um déficit formativo relevante, sobretudo entre os peritos, dos quais apenas 42% apresentam qualificação adequada. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecimento da educação permanente, tanto no campo jurídico quanto na saúde, com vistas à qualificação das práticas profissionais e à garantia de um atendimento mais adequado e resolutivo a essa população (Hilleshein *et al.*, 2025; Mota *et al.*, 2020).

A duplicidade de notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação compromete a qualidade dos dados, produzindo distorções que impactam o planejamento e a alocação de políticas públicas. Quando as informações não refletem adequadamente a realidade, há risco de direcionamento inadequado das ações, o que reforça a necessidade de maior rigor nos processos de registro e validação das notificações. Além disso, o extravio de laudos médico-legais constitui fragilidade relevante na cadeia de custódia. A perda desses documentos, especialmente após a análise de vestígios biológicos, como sêmen ou DNA, inviabiliza a repetição dos exames e compromete o andamento do processo. Nesse sentido, destaca-se a importância da informatização dos sistemas como estratégia para reduzir perdas e assegurar maior segurança no armazenamento e no acesso às informações (Martins *et al.*, 2025).

4. Conclusão

Conclui-se que a violência sexual contra adolescentes constitui um importante problema de saúde pública e uma grave violação dos direitos humanos, com caráter multifatorial, relacionado a desigualdades sociais, vulnerabilidades familiares e contextos estruturais. Entre 2015 e 2021, foram

registrados 202.948 casos de violência sexual nessa população, evidenciando a magnitude do problema.

Nesse contexto, a saúde coletiva exerce papel fundamental no enfrentamento da problemática, especialmente por meio da Atenção Primária à Saúde, que, pela proximidade com a comunidade, favorece a identificação de situações suspeitas e o encaminhamento oportuno aos serviços competentes e às autoridades responsáveis pela investigação.

No campo investigativo, as ciências forenses assumem papel central na coleta e análise de vestígios, assegurando a preservação da cadeia de custódia. Entretanto, persistem limitações relacionadas à formação profissional e à inexistência ou insuficiente padronização de protocolos, especialmente no que se refere ao manejo de evidências digitais. Tal lacuna torna-se ainda mais relevante ao se considerar que essas violências frequentemente têm início no ambiente virtual, podendo posteriormente se estender ao meio físico.

Referências

BATISTA, Mitlene Kaline Bernardo; GOMES, Wanessa da Silva; VILLACORTA, João Augusto Machado. Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 208-220, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. *Boletim Epidemiológico: notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, v. 54, n. 8, 2023.

BROSEGUINI, Gabrielly Becalli; IGLESIAS, Alexandra. Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4991-5002, 2020.

CÁ, Abdel Boneensa et al. Adolescentes e jovens com diversidade de gênero e violência sexual: uma revisão sistemática. *Cadernos Cajuína*, v. 11, n. 4, p. e1798-e1798, 2026.

CASSEB, Gabriela Éleres; ROCHA, Lorena Santos da; SOARES, Andressa de Oliveira. O enfermeiro forense frente ao abuso sexual infantil: uma lacuna na saúde pública. In: *Anais do II Congresso Nacional de Enfermagem Forense*. Fortaleza, 2021.

CRIVELLI, José Henrique et al. Abuso sexual: educação em saúde na atenção básica para o público infantil. s.d.

DELZIOVO, Carmen Regina et al. *Guia para o manejo de situações de violência doméstica contra a mulher na APS*. Florianópolis: UFSC, 2022.

FONTES, Luiz Felipe Campos; CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; MACHADO, Sthefano. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 2919-2928, 2017.

GALVÃO, Suelen Aparecida; ZAMPIER, Alessandra Cristina de Paula Faria. Atuação do profissional de enfermagem na violência sexual contra a criança e o adolescente: um estudo de revisão integrativa. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 8, p. 438-448, 2025.

HILLESHEIN, Andreza Goulart et al. Da formação à atuação do enfermeiro forense no sistema prisional brasileiro. *Cogitare Enfermagem*, v. 30, p. e97429pt, 2025.

LEITE, John Carlos de Souza; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar. A Estratégia Saúde da Família e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 3247-3258, 2023.

MARTINS, Wilton da Silva Duarte. Sistema integrado de gestão de processos em forense digital: proposta e implementação. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes*. Brasília: BVS/MS, s.d. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia_saude_crianças_adolescentes.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

MOTA, Juliana Arrais; AGUIAR, Ricardo Saraiva. Percepções de enfermeiros da atenção primária no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. *Nursing (São Paulo)*, v. 23, n. 262, p. 3648-3651, 2020.

SANTOS, Tamires Silva et al. Enfermagem forense e o atendimento a vítimas de violência sexual: uma revisão integrativa. *Revista de Direito da Saúde Comparado*, v. 4, n. 6, p. 134-140, 2025.

SILVA, Paulo Daniel Bonfim; ROCHA, Siomara Dias da. Estado da arte sobre a perícia digital forense. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 6, p. e8601, 2025.

SOUSA, Thiago Andrade et al. Análise forense: delitos contra a liberdade sexual infantil e de vulnerável. *Research, Society and Development*, v. 14, n. 6, p. e3514649020, 2025.

TRABBOLD, Vera Lucia Mendes et al. Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, p. 74-83, 2016.

XAVIER, Lucas Dornas et al. Sexologia forense – desafios no manejo de violência sexual contra menores. *ERR01*, v. 10, n. 5, p. e9105, 2025.